

Lei Geral de Protecao de Dados

Alexandre Fabian e Vinicius Irale

Sancionada em 14 de agosto de 2018, com vigencia para 18 meses.

Assuntos Abordados:

Tópicos presentes em exames de certificação.

Princípios:

Tratamento de dados pessoais deverá observar a **boa-fé**.

Princípios:

- Finalidade
- Adequação
- Necessidade
- Livre Acesso
- Qualidade dos Dados

Princípios:

- Transparência
- Segurança
- Prevenção
- Não Discriminação
- Responsabilização

Esta lei não se aplica:

- ① tratamento de dados pessoais realizados por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- ② realizados para fins exclusivamente jornalísticos, artísticos ou acadêmicos.

Esta lei não se aplica:

- ③ tratamento de dados pessoais realizados para fins exclusivos de **segurança pública, defesa nacional, segurança de Estado** ou
- ④ atividades de **investigação e repressão de infrações penais.**

Esta lei não se aplica:

- ao tratamento de dados pessoais provenientes de **fora do território nacional**, que não tenham uso compartilhado com dados tratados por agentes brasileiros, desde que o país *proporcione grau de proteção de dados adequado* ao previsto na LGPD.

Definições:

- dado pessoal
- dado pessoal sensível
- dado anonimizado
- titular
- controlador

Definições:

- operador
- encarregado
- relatório de impacto à proteção de dados pessoais

Sobre o tratamento de dados pessoais

Somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

- mediante consentimento do titular.
- para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
- pela administração pública (para a execução de políticas públicas).
- para estudos por órgão de pesquisa (garantindo a anonimização dos dados).
- para o exercício regular de direitos em processo judicial.
- para a garantia da vida e para a tutela da saúde (exclusivamente por profissionais de saúde).

Sobre o consentimento

- O controlador que obteve consentimento que necessitar compartilhar os dados com outro controlador deverá obter consentimento específico para esse fim.
- A eventual dispensa do consentimento não desobriga as demais obrigações previstas nesta Lei.

Ainda sobre o consentimento

- O consentimento deverá ser para finalidades *determinadas*, as autorizações genéricas serão **nulas**.

Dados sensíveis

Tratamento somente poderá ocorrer:

- quando o titular consentir.

Sem consentimento, quando for indispensável para:

- mesmos casos descritos para dados pessoais.

- É vedado o compartilhamento de dados referentes à saúde com objetivo de vantagem econômica.
- Exceto: Na prestação de serviços de saúde e assistência farmacêutica.

Término do Tratamento de Dados Pessoais

- Ocorrerá quando a finalidade foi alcançada ou quando os dados deixarem de ser necessários ou pertinentes.

- Toda Pessoa Natural tem direito ao acesso aos seus dados mediante requisição.

- O Controlador e o Operador devem manter registro das operações de tratamento.

- A autoridade pode determinar ao controlador elaborar relatório de impacto à proteção de dados referente as suas operações, observados os segredos comerciais e industriais.

Encarregado pelo Tratamento

- O controlador deverá indicar encarregado pelo tratamento de dados pessoais.
- A identidade e as informações de contato do encarregado deverão ser divulgados publicamente, de forma **clara e objetiva**, preferencialmente no site do controlador.

Responsabilização e Ressarcimento de Danos

O controlador ou o operador que causar dano a outrem é obrigado a repará-lo.

No entanto, não serão responsabilizados se provarem:

- que **não** realizaram o tratamento que lhes é atribuído,
- que fizeram o tratamento, mas **não** houve violação a LGPD ou
- que o dano é decorrente de culpa **exclusiva** do titular dos dados ou de terceiros.

- Os agentes de tratamento são obrigados a garantir a segurança da informação, mesmo após o término do tratamento.
- O controlador deverá comunicar a **autoridade** e ao **titular** a ocorrência de incidente de segurança.

Sanções Administrativas

Os agentes de tratamento ficam sujeitos as seguintes sanções administrativas:

- advertência, com prazo para correção.
- multa simples por infração, de até 2% do faturamento (limitados a R\$ 50 mi).
- multa diária, observando o mesmo limite.
- publicização da infração, após apuração e confirmação da ocorrência.
- bloqueio dos dados a que se refere a infração até regularização.

Sanções Administrativas

Os agentes de tratamento ficam sujeitos as seguintes sanções administrativas:

- eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.
- suspensão parcial do funcionamento do banco de dados por no máximo 06 meses (prorrogável por mais 06 meses).
- suspensão do exercício da atividade de tratamento de dados pelo mesmo período.
- proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

- É uma autarquia dotada de autonomia técnica e decisória.

- Link para a apresentação no Github.

Referências

- Link para a lei 13709/2018 (LGPD):
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm
- Guia de Boas Práticas para a LGPD:
https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/guias/guia_lgpd.pdf